

ISIC é referência de classificação de atividades econômicas em mais de 100 países

Membro da Comissão de Estatística da ONU salienta papel de liderança do Brasil na implantação da ISIC versão 4 na América Latina e qualifica a elaboração da CNAE 2.0 como “um grande feito”



Ralf Becker

O chefe da Seção de Estatísticas Econômicas e Classificações da ONU, Ralf Becker, abriu o segundo dia de Seminário, ao proferir uma conferência sobre a padronização da linguagem estatística em nível internacional, ressaltando o papel da ISIC (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities) nesse contexto. “A ISIC é a única classificação aplicável para comparações em nível mundial e é adotada, em sua versão 3, por mais de 100 países”, afirmou.

Ao contextualizar o processo de revisão que culmina com a elaboração da ISIC versão 4, Ralf Becker relatou que a revisão foi solicitada pela Comissão de Estatística da ONU, em 1998, coordenada por um grupo de especialistas, da qual o Brasil tomou parte desde o início. “Queríamos ter o maior número de países envolvidos e, ao mesmo tempo, criar uma visão que não representasse apenas uma região ou conjunto de países, para que ela fosse igualmente aplicável em todos os países do globo”, afirmou.

Segundo ele, a norma está sendo revisada de forma consistente, visando harmonizar a grande quantidade de países que ainda mantém suas classificações, seguindo,

muitas vezes, outros conceitos. Dentre os objetivos esperados, Ralf Becker destaca: a) relevância, de modo a refletir os setores industriais emergentes e seus novos padrões de produção; b) comparabilidade, a fim de melhorar a harmonização e simplificar o confronto com classificações regionais; e c) continuidade – que, para ele, estaria na alma do processo de revisão, de se buscar manter a ISIC dentro de padrões estáveis e como referência internacional para os próximos 10 a 15 anos.

Segundo ele, tais dados, ultrapassam a função estatística, subsidiando acordos de cooperação entre ministérios, marcos legais entre países e despertam, inclusive, o interesse de corporações multinacionais. Prova desse interesse é que desde o início do processo de consultas internacionais, em 2001, já chegaram até a Comissão de Estatística da ONU mais de 5 mil comentários provenientes de cerca de 70 países.

De acordo com o especialista da ONU, tamanho interesse justifica por tratar-se de um instrumento fundamental por fornecer uma estrutura que possibilita comparações estatísticas e econômicas, notadamente da produção industrial entre países, e o

confronto das informações administrativas recolhidas por agências desses países.

O calendário de implementação da versão 4 dependerá das agendas dos diversos países, mas o intervalo de tempo já foi definido como tendo início em 2009 e término em 2012. Para auxiliar os países que desejarem sua implementação, serão fornecidas diversas ferramentas como guias, índices alfabéticos e tabelas de correspondência e transposição. Ralf Becker salientou que o Brasil lidera o processo de implantação na América Latina e parabenizou todos os envolvidos pela elaboração da CNAE 2.0, qualificada por ele como um “grande feito”.

As principais mudanças da Versão 4 da ISIC são a inclusão de quatro novas seções, com destaque para a de Informação e Comunicação, Gerenciamento de Resíduos Sólidos e a separação dos setores elétrico e eletrônico, além da inclusão de novos conceitos sobre atividades profissionais. “Os novos conceitos, o maior grau de detalhamento em todos os níveis da classificação e nas notas explicativas atenderão melhor as demandas dos usuários da ISIC”, avalia.

Os desafios da unificação da administração tributária federal

Para Coordenadora da Subcomissão Técnica para a CNAE, Regina Henriques, é importante refletir sobre formas de trabalho conjunto porque resultados técnicos dependem dessa interação



Marcos Noronha

O auditor-fiscal Marcos Noronha debateu o novo modelo de Administração Tributária brasileira, fruto da unificação das Secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária, que deu lugar, a partir de 2 de maio, à Receita Federal do Brasil (RFB). Na condição de Coordenador Nacional da Unificação, ele observou que as estruturas anteriores eram semelhantes e paralelas, onerando a máquina pública e os contribuintes (com um excesso de obrigações tributárias) e favorecendo a evasão e fraudes.

Noronha traçou breve histórico legislativo a partir da primeira iniciativa de se unificar o setor responsável pela arrecadação do INSS à estrutura do Ministério da Fazenda, por meio de uma medida provisória (MP) publicada em 1989, ainda no Governo Sarney, passando pela MP 258/05, que unificou a administração tributária por pouco mais de três meses. “Mesmo com a perda da eficácia normativa da MP 258, todas as relações legais foram preservadas, sem qualquer questionamento jurídico”, ponderou.

Segundo ele, a convicção de que a unificação era o melhor caminho levou o atual governo a enviar ao Congresso um projeto de lei ainda em novembro de 2005, que culminou com a aprovação

da Lei nº 11.457/07 que, ao entrar em vigor, promoveu as unificações jurídica, organizacional e hierárquica dos dois órgãos. Enquanto isso, a unificação física, prevista para ser concluída até 2008, e dos processos de trabalho e sistemas informatizados será feita de forma gradual, conforme as prioridades e a disponibilidade de recursos, cujos avanços já se fazem notar.

“Nosso maior entrave é a disponibilização de dotação orçamentária, mas nos primeiros seis meses de unificação, já dispomos de 532 pontos de atendimento unificados, que correspondem a 80% do total”, afirmou. Segundo ele, de acordo com o Plano Nacional de Unificação, os objetivos a serem perseguidos continuamente são a racionalidade administrativa, a redução de custos para o contribuinte no cumprimento das obrigações acessórias e a eficácia organizacional - que permite o aumento da arrecadação sem a majoração das alíquotas ou da carga tributária individual.

Para Marcos Noronha, dentre os inúmeros desafios e aprimoramentos necessários, dois seriam cruciais: a melhoria da política de gestão de pessoas - que envolveria desde uma confluência cultural dos servidores dos dois órgãos até a adequação da legislação de pessoal, a capacitação de servidores para exercer novas atribuições e atender à nova realidade do órgão - e o alinhamento dos sistemas informatizados, atualmente divididos em duas plataformas, uma fornecida pelo Serpro e outra pela Dataprev.

Receita Federal do Brasil e CNAE

Por fim, o Coordenador-Geral da Unificação mencionou os diversos usos feitos pela Receita Federal do Brasil da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Segundo ele, a CNAE se presta a estimativas de impacto de alterações da legislação tributária, a análises de desempenho da arrecadação, de acordo com os setores da economia, e à identificação dos setores com baixo cumprimento das obrigações tributárias. No âmbito previdenciário, a CNAE é utilizada para levantamentos dos riscos ambientais do trabalho e a concessão de benefícios deles decorrentes e para a estruturação de dados e códigos, por exemplo, no âmbito da Classificação Brasileira de Ocupações.

Colaboração entre INDEC e AFIC facilita revisão das classificações na Argentina

A realização do Censo Econômico de 2004 ofereceu uma ótima oportunidade para que a Argentina aprofundasse a revisão e a unificação das classificações econômicas usadas pelas áreas tributárias e estatísticas do país. Segundo a economista portenha Graciela Marta Celini, a atualização das classificações de atividades econômicas na Argentina contou com intensa cooperação entre a Administración Federal de Ingresos Públicos (AFIP) e o Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC), principalmente a partir de 1996.

Desde 1999, a AFIP adota o Codificador de Atividades Econômicas compatível com a revisão 3 da Clasificación Internacional Industrial Uniforme (CIIU) e com a ClaNAE 97, utilizada pelo INDEC. Com o tempo, surgiram propostas e sugestões de mudanças, assim como a necessidade de incorporar novas atividades econômicas à classificação vigente. Para que essa atualização ocorresse, a AFIP analisou mais de 300 sugestões de mudanças originadas em suas áreas operacionais e acessórias.

Entre os exemplos citados por Graciela, estavam desdobramentos de atividades econômicas muito tradicionais na Argentina. Foi sugerido que o cultivo de uvas se subdividisse naquele voltado à produção de vinhos e no cultivo voltado ao consumo de uvas frescas, dada a relevância regional desta segunda atividade. Igual subdivisão deveria ocorrer no cultivo de chá, mate e outras ervas usadas na preparação de bebidas, dando origem à atividade cultivo de erva mate, para possibilitar análises setoriais específicas. Também a elaboração de vinhos daria origem à sub-divisão elaboração de mosto, pois a forma unificada facilitaria a evasão fiscal. Ainda que algumas sugestões desse tipo tivessem relevância relativa, decidiu-se privilegiar as particularidades econômicas regionais na nova classificação.

Além de especificidades regionais, a nova classificação deveria incorporar atividades ligadas aos avanços econômicos dos últimos anos na Argentina, incluindo a atividade de elaboração de concreto ou, ainda,

no setor farmacêutico, separando a venda de produtos farmacêuticos da dos produtos veterinários. Igual desdobramento deveria ocorrer entre as atividades de transmissão de rádio e a de televisão aberta.

A colaboração entre o INDEC e a AFIP se intensificou a partir de Censo Econômico de 2004, na Argentina, que ofereceu uma ótima oportunidade para se atualizar os respectivos sistemas de classificação segundo a revisão 4 da CIU. Esse processo foi aprofundado, em 2006, gerando várias melhorias na arrecadação e aumentando a confiabilidade do cadastro de contribuintes.



Da arbitrariedade à eficiência: o retrato da administração fiscal na França

Nos últimos anos, a França tem se empenhado em um processo de profunda transformação em sua administração fiscal. A imagem de arbitrariedade do passado cedeu lugar à solidariedade e eficiência. “A DGI (equivalente à Receita Federal naquele país) era símbolo de opacidade e imobilismo e hoje transformou-se em administração de referência no seio do serviço do Estado, com a implementação de uma organização focalizada nos usuários e na responsabilidade coletiva entre todos”, enfatizou Gérard Varaldi.

A filosofia de convergência com a sociedade é fruto de mudanças que envolvem os setores tecnológico, cultural e gerencial, representados, respectivamente, pela Internet, usuário e contrato. O aprimoramento possibilitou criar uma relação de reciprocidade entre o usuário e a administração, em um processo que Varaldi chamou de “totalmente compartilhado”.

“Este processo não tem a ambição de constituir modelo, mas se enquadra em um âmbito institucional, histórico e cultural, extremamente distanciado do contexto brasileiro. A nova linha está fundamentada em objetivo de ordem e valores compartilhados por todos e constitui uma resposta clara e consciente para a pergunta: por que mudar?”, afirmou.

A resposta, enfatizada por Varaldi, é a intenção do governo francês em promover um serviço público coerente com o potencial tecnológico e os valores da sociedade, inseridos em uma realidade de livre concorrência na União Européia. “Organizamos âmbitos de coerência e de iniciativa em todas as áreas e níveis de responsabilidade global, pondo fim ao dogma de infalibilidade para implementar a cultura do questionamento e da avaliação”, disse.

Uma das ferramentas utilizadas para operar a mudança foi gerir através de contrato, enriquecendo o processo gerencial nos seus modos de operação, transitando entre a estatística e a avaliação de expectativas dos recursos, objetivos e resultados. “O contrato é antes de tudo a determinação de uma inteligência compartilhada na estratégia de mudança entre os usuários da administração fiscal, operando como



Gérard Varaldi

multiplicador de micro-estratégias e favorecendo a iniciativa local”, afirmou.

Esse método de gerenciamento, que possibilitou a drástica mudança na imagem da administração fiscal francesa, tem com base, segundo Varaldi, o diálogo institucional e sistemático, além da divisão da responsabilidade de resultados coletivos, sejam eles de êxitos ou de fracassos. “A promoção da cultura de expressão e da partilha mede a aptidão da instituição para captar e promover a capacidade de seu funcionamento nas áreas técnica e ética, construindo um sistema partilhado de informações”, enfatizou.

Se por um lado o contrato permite nutrir uma relação de reciprocidade na ação política e administrativa, supondo a capacidade de todos os operadores, ele oferece também limites e riscos. Entre eles, a tentação de um gerenciamento hiper-racional, fundamentado na produtividade “cada vez mais”, e no desenvolvimento do individualismo e de competição interna exacerbada. Como antídoto a essa tentação, Varaldi fala em “utopia do contrato”. “A cultura da verdade é consubstancialmente à cultura da solidariedade”, enfatizou.

Curitiba apresenta modelo de uso da CNAE em gestão do solo urbano

Para secretário Municipal, CNAE trouxe organização ao município na prestação de serviços de qualidade e permitiu integração às diversas esferas de governo

O Secretário Municipal de Urbanismo de Curitiba, Luiz Fernando Jamur, fez uma apresentação, no âmbito do Painel “O Uso da CNAE pela Administração Pública”, em que ficou evidenciado o papel da Classificação Nacional na emissão de alvarás de funcionamento de estabelecimentos comerciais na cidade, por meio de um instrumento chamado Consulta Comercial. “É um documento impeditivo, sem ele não há como se dar entrada em um processo de licenciamento, pois é ele quem garante o respeito à legislação do uso do solo”, esclareceu.

De acordo com o Secretário, a Consulta Comercial existe desde 1966 e se presta a avaliar a adequação das propostas de estabelecimentos comerciais às diretrizes do plano diretor, do zoneamento urbano, do sistema viário da cidade, das condições

da edificação e até da preservação do patrimônio histórico cultural. “Temos 900 imóveis de interesse para a preservação desse patrimônio”, disse.

Luiz Fernando Jamur destacou os marcos na evolução do serviço que, desde 1999, é feito inteiramente pela Internet, desde a solicitação à disponibilização das respostas da análise aos interessados. Atualmente, a Prefeitura de Curitiba responde a 80 mil solicitações anuais, em um prazo que varia de três a cinco dias.

Para o Secretário, a qualidade do serviço e a redução dos prazos só foram possíveis com a informatização das plantas cadastrais dos imóveis, lote a lote, e com a codificação das atividades econômicas. A primeira implantação de uma classificação data de 1988, através de uma parceria local entre as



Luiz Fernando Jamur

Secretarias de Finanças e Urbanismo.

Segundo ele, no entanto, a padronização desejada e a adequação do serviço à legislação urbanística só foram alcançadas em 2001 com a implantação da CNAE. “Tínhamos diferenças nas trocas de informações com os outros municípios onde as empresas também exerciam suas atividades”, lembra

Padronização classificatória no Mercosul tem avanços, vantagens e debilidades

Intercâmbios com a ONU, convênios realizados com Espanha, Portugal, a cooperação entre Brasil, Argentina, Bolívia e Chile, e as similaridades do IBGE e do INDEC com o Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE) da França são alguns dos fatores comuns que vêm impulsionando a padronização das classificações econômicas ao sul do continente, ao mesmo tempo em que as diferenças organizacionais, geográficas e econômicas seriam seus fatores debilitantes. Essas foram as principais observações da economista Argentina Mara Riestra, que fez um balanço da compatibilidade das classificações econômicas no Mercosul.

A unificação das classificações econômicas no âmbito nacional, o trabalho conjunto dos órgãos estatísticos, a capitalização das experiências de padronização são etapas comuns, que vem sendo superadas pelas nações ao sul do continente, na evolução rumo a um sistema unificado de classificações econômicas.

Alguns resultados importantes desse esforço já se fazem sentir, como as classificações nacionais baseadas na versão 3 da CIIU, a adoção de um sistema de classificações econômicas nacional pelos órgãos tributários de cada país, e o surgimento do primeiro esboço de uma classificação comum,

com base na versão 4 da CIIU, no âmbito do Mercosul e do Chile. A redução do isolamento técnico, a troca de experiências e a conscientização da necessidade de padronização das classificações econômicas seriam outros avanços obtidos, segundo Mara Riestra.

A economista também defendeu a participação de profissionais de outras áreas nas discussões sobre classificações, que considera “revitalizantes”. Para ela, a exemplo do cravo, que cresce junto ao tronco da árvore, os processos classificatórios necessitam dos censos econômicos e demográficos para avançar.

Assessoria de Comunicação da Receita Federal do Brasil - Divisão de Comunicação Interna

Espanhada dos Ministérios - Bloco P - Edifício Sede do Ministério da Fazenda - sala 714 - tel: 61 3412 2776

Jornalistas: Vitor Casimiro (DRF Jundiá), Claudia de Campos Almeida (ARF Bragança Paulista) e Luiz Bello (IBGE)

Produção: Paulo Morgante (SRRF08) - Fotos: Robson Sampaio e Marco T. Mello

Tiragem: 1000 cópias